

Sucessão definirá dívida

Colin admite que acordo com bancos só sai após escolhido o sucessor *externo*

O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, fez valer a sua habitual franqueza e admitiu ontem que, a 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral vai escolher o futuro presidente e definir a próxima renegociação da dívida externa. Embora as linhas fundamentais da chamada fase da rolagem da dívida devam surgir em novembro, como revela o Banco Central, o presidente do Banco do Brasil disse que o acordo com os banqueiros só sai depois da eleição do sucessor de Figueiredo.

Sempre bem-humorado e franco nas respostas, Colin não surpreendeu os jornalistas ao se constituir no primeiro integrante do escalão superior do governo a afirmar que "a preocupação dos banqueiros se estende sempre até a sucessão presidencial". E mais: a próxima renegociação da

dívida depende, ainda segundo Colin, da definição do nome do novo presidente "e de qual será a sua política".

Adiar mais para o final do ano o início dos entendimentos para a rolagem dos compromissos externos a vencer a partir de 1985 nada tem a ver com indicadores econômicos. Colin disse que o governo apenas adotou, com o adiamento, "estratégia prática para ter o desdobramento sucessório".

Ao longo dos próximos meses, os banqueiros continuarão a indagar sobre a sucessão, em busca da identidade da política econômica a vigorar nos anos vindouros, e "uma série de fatores" influenciarão o andamento da fase 3 de renegociação. "Quanto mais próximo de janeiro, menores serão as dúvidas. Assim a renegociação deve

começar em novembro, atravessar dezembro e chegar às fraldas da eleição presidencial" — observou o presidente do Banco do Brasil.

Em sua opinião, apesar de não saber dos eventuais contatos do ministro do Planejamento com os presidenciais Mário Andreazza, Paulo Maluf e Tancredo Neves, Delfim Netto "terá procurado levar aos credores a palavra daqueles que hoje são candidatos" para dar uma posição tranquilizadora quanto ao futuro político brasileiro.

Colin não tem dúvida de que a próxima renegociação vigorará por boa parte do novo governo. Ao reiterar que o Brasil não pode renegociar a dívida anualmente, "como fez até aqui", Colin disse que a renegociação com vigência

plurianual será "uma imposição das próprias circunstâncias".

Já em 1983, mesmo com as falhas hoje detectadas, a renegociação teve o seu componente político, ao abranger o Clube de Paris. O presidente do Banco do Brasil argumentou que, na próxima fase, o tom político aumentará, inclusive pelo posicionamento do Banco Mundial de aceitar a capitalização dos juros e ampliar a sua participação no aporte de recursos novos ao País. Colin não economizou elogios: "O Banco Mundial foi, talvez, a primeira instituição dos Estados Unidos a apontar o caminho da capitalização dos juros para reduzir a necessidade dos países devedores por recursos novos. Hoje, os bancos europeus e os bancos regionais norteamericanos manifestam a mesma disposição.